

DIMENSÕES DA CULTURA: POPULAR, ERUDITAⁱ

Sergio F. Ferrettiⁱⁱ

Resumo:

DIMENSÕES DA CULTURA: POPULAR, ERUDITA

Debate das relações entre cultura popular, folclore e cultura erudita; destacando o maior prestígio da cultura erudita no passado e as perseguições contra religiões e festas populares. Analisa o despertar do interesse pela cultura popular, a ação pioneira de Mário de Andrade e comenta o dever de proteção da cultura popular na atualidade.

Palavras-chave: Cultura Popular - Folclore - Cultura Erudita - Mário de Andrade - Perseguições e Proteção

INTRODUÇÃO:

As relações entre Estado e Cultura, tema desta Mesa Redonda, são equivocadas e contraditórias, pois o Estado relaciona-se com poder, força, ordem, legislação, coerção, controle de recursos financeiros enquanto Cultura relaciona-se com o imaterial, o espiritual, a liberdade de expressão, criatividade e mudança. Por estes e outros motivos suas relações são conflituosas, ambíguas e carregadas de desconfianças, embora reciprocamente desejadas e reclamadas. Estas relações são diferenciadas no campo da cultura de massas, erudita e popular.

No espaço da cultura de massas, de participação predominantemente empresarial, o Estado é sempre provedor e controlador. Abrange principalmente a imprensa, a TV e as rádios, mantidas na maioria por entidades privadas. A presença do Estado é marcante no que se refere a regulamentação, divulgação e publicidade. Para alguns a cultura de massas é denominada de cultura popular, mas não vamos tratar do tema aqui.

No âmbito da cultura erudita, participada, sobretudo pelas elites, as relações entre Estado e Cultura talvez sejam mais condescendentes. Abrangem a manutenção de teatros, museus, bibliotecas, ministérios, secretarias e outras instituições ou atividades e enfrentam geralmente carências de verbas e de pessoal qualificado.

No campo da cultura popular, participada majoritariamente pelos grupos dominados, há o risco e a tendência predominante ao populismo e ao clientelismo, que não estão ausentes nas outras esferas. Atualmente o interesse do Estado no campo das culturas populares relaciona-se, crescentemente com o potencial e a demanda turística.

Na medida do possível pretendemos discutir aqui relações entre cultura popular, folclore e cultura erudita; destacando no passado o maior prestígio da cultura erudita e perseguições contra religiões e festas populares; o despertar do interesse pela cultura popular e a ação pioneira de Mário de Andrade e o dever de proteção da cultura popular na atualidade.

CULTURA POPULAR, FOLCLORE E CULTURA ERUDITA.

Para muitos, folclore equivale a cultura popular. Para outros, cultura popular equivale a cultura de massas e seria diferente do folclore. Cultura popular e folclore são conceitos considerados mais ou menos como sinônimos e que provocam mal estar em muitos ambientes. São considerados confusos, complexos e mal definidos, pois possuem múltiplos significados. Para os mais jovens, folclore é sinônimo de coisa velha e ultrapassada e, muitos cientistas sociais consideram tanto os termos cultura quanto povo, de difícil definição. É

pertinente lembrar, como mostram Mata e Mata (2006, p. 11), o preconceito contra este campo de estudos, pois em nosso país, historiadores e cientistas sociais “durante décadas, negaram-se a reconhecer a importância do trabalho dos folcloristas”. A cultura erudita é valorizada como produção e consumo da elite social enquanto o folclore e a cultura popular refletem interesses, valores e ideologia das classes dominadas, como destacou Antônio Gramsci (1978), que a opõe folclore à cultura oficial ou dominante.

A expressão cultura popular pode ser entendida como uma forma mais moderna de designar o folclore. A palavra folclore encontra-se desgastada e tem conotações pejorativas. A expressão cultura popular, como vimos é também discutível. Alguns como Canclini (1983), propõem a expressão culturas do povo. O conceito de cultura popular, criticado, por numerosos cientistas sociais, vem sendo hoje largamente utilizado no âmbito da História. François Isambert (1982) discute o renascimento do interesse pelo estudo da religião, da cultura popular e das festas, como conceitos interrelacionados e com múltiplas utilizações.

Como diz Renato Ortiz (1992, p. 61), a noção de cultura popular é relativamente recente, tendo surgido na Europa com o movimento romântico de inícios do século XIX, justamente quando aumentou a separação entre cultura de elite e cultura popular. Hoje constata-se a diversidade da cultura popular, que não constitui um todo homogêneo, como pensavam intelectuais românticos, que inventaram este conceito, no dizer de Peter Burke (1989).

Satriani (1986), comentando Gramsci mostra que no estudo da cultura de qualquer sociedade é indispensável levar em consideração as distinções de classe. Considera o folclore como cultura das classes subalternas e diz que seu estudo constitui uma das formas de documentar os valores e a ideologia destas classes. Inspirados em Canclini (1983, p. 30), estamos interessados em analisar a cultura popular como “prática simultaneamente econômica e simbólica”, como produção da classe subalterna, como elemento de reflexão sobre a realidade e a identidade social.

Canclini (1997, p. 220) defende a idéia que “o popular não é monopólio dos setores populares”. De acordo com suas idéias e como muitos constataram, hoje não se pode mais procurar uma idade de ouro da cultura popular. Também não podemos proceder como Malinowski que mostrava os Argonautas do Pacífico quase que independente das transformações que sofriam. Da mesma forma referindo-se principalmente ao artesanato e a festas no contexto Latino-Americano, CANCLINI (1997, p. 220-221), mostra que:

A evolução das festas tradicionais, da produção e venda de artesanato revela que essas não são mais tarefas exclusivas dos grupos étnicos, nem sequer de setores camponeses mais amplos, nem mesmo da oligarquia agrária; intervêm também em sua organização os ministérios de cultura e de comércio, as fundações privadas, as empresas de bebidas, as rádios e a televisão. Os fenômenos culturais *folk* ou tradicionais são hoje o produto multideterminado de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais. Por extensão, é possível pensar que o popular é constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações.

Ao mesmo tempo, podemos tornar-nos mais receptivos frente aos ingredientes das chamadas culturas populares que são reprodução do hegemônico, ou que se tornam autodestrutivos para os setores populares, ou contrários a seus interesses: a corrupção, as atitudes resignadas ou ambivalentes em relação aos grupos hegemônicos.

Para Gramsci existe cultura popular na medida em que existe cultura dominante. Nesta perspectiva, segundo alguns, a cultura popular assumiria em face da cultura dominante uma posição diversa contestadora de sua autoproclamada universalidade. A este respeito parece enriquecedora a hipótese de Bakhtin, destacada por Ginzburg (1987), de que existe uma

influência recíproca ou uma circularidade entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes, que funcionou segundo o autor, especialmente durante a Idade Média e até a metade do século XVI. Canclini fala em culturas híbridas e Burke em hibridismo cultural e outros falam em sincretismo cultural e em multiculturalismo (Kippenberg 2005). Embora não caiba discutir aqui, é importante esclarecer, entretanto, que conceitos como hibridismo, sincretismo e multiculturalismo podem conter opções teóricas por vezes divergentes.

MAIOR PRESTÍGIO DA CULTURA ERUDITA E PERSEGUIÇÕES CONTRA RELIGIÕES E FESTAS POPULARES NO PASSADO

No passado, em toda parte predominava o prestígio e o interesse pela cultura erudita. Em relação ao Maranhão, o pesquisador francês Jean-Yves Mérien (1988), em tese de literatura brasileira sobre Aluísio de Azevedo, apresenta informações interessantes sobre a vida social e cultural de São Luís na segunda metade do século XIX, em grande parte baseada em pesquisas de jornais. Comentando a vida cultural após a Lei do Ventre Livre e citando César Marques, mostra (Mérien 1988, p. 64) que os negros e mestiços representavam dois terços da população da província do Maranhão em 1875, e eram sujeitos aos preconceitos dos brancos. Sobre tais preconceitos, afirma (Id. lb.):

A discriminação estendia-se também ao campo cultural: as festas e os bailes freqüentados pelos escravos e pelos pretos pobres eram condenados pela burguesia comerciante e vistos como manifestações obscenas e primitivas; os cultos afro-brasileiros eram taxados de superstições grotescas.

Mérien (1988, p. 74) mostra que: “a burguesia rejeitava todas e quaisquer manifestações da cultura popular: danças, cantos e tradições orais”.

Em fins do século XIX, São Luís figurava entre as quatro ou cinco cidades mais importantes e desenvolvidas do país, possuindo vida cultural intensa, com a publicação de vários jornais e inclusive, a edição em 1879 /1880 do periódico ilustrado “A Flecha”, dedicado à caricatura e ao teatro, com colaboração e ilustrações de vários autores. O teatro no Maranhão teve grande importância social durante todo o século XIX, como demonstra a inauguração ainda no período colonial, do atual Teatro Arthur Azevedo, um dos mais antigos do país, contando com a presença em São Luís, entre outros, do cenógrafo e pintor italiano Leo Righini (1820-1884) que pintou cenários de teatro e paisagens em São Luís, Belém e Salvador na segunda metade do séc. XIX. Como mostra Yves Mérien, havia na época desinteresse generalizado pela cultura não erudita, vista como obscena, primitiva e supersticiosa. Esta é uma das razões pelas quais a documentação sobre a cultura popular no passado é precária e tem que ser interpretada nas entrelinhas do que aparece publicado.

Em 1818, pouco antes da independência, dom frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, em comentários sobre negros no Maranhão, informou que a irmandade de São Benedito dos Pretos era a mais numerosa de São Luís. Sobre os escravos o frade afirma:

para suavizar a sua triste condição fazem, nos dias de guarda e suas vésperas, uma dança denominada batuque, porque n’ella uzam de uma espécie de tambor que tem este nome. Esta dança é acompanhada de uma desconcertada cantoria que se ouve muito longe. (PRAZERES, 1891, p 138)

Esta referência é a primeira notícia publicada de que temos conhecimento até agora, relativa a toques de tambores e festas das classes populares no Maranhão. Desde meados do século XIX encontram-se muitas referências de autoridade eclesiástica condenando festas populares como, o Baile de São Gonçalo em 1851 no interior (Pacheco, 1969). Outras notícias

relativas a festas com participação popular em São Luís, aparecem durante o século XIX publicadas na imprensa local, de modo geral numa perspectiva crítica, preconceituosa e vão se tornar mais freqüentes em fins do século XIX.

Em pesquisas que realizamos com a colaboração de estudantes, sobre religião e festas populares, verificamos que a sociedade brasileira e maranhense, nos tempos da colônia e do Império, era profundamente marcada pela presença de confrarias e irmandades religiosas católicas. Como afirmamos em outro trabalho (Ferretti, 1996) as irmandades católicas, junto com a maçonaria e com instituições africanas, constituíam um dos modelos de organização dos chamados “cultos clandestinos africanos” Segundo Hoornaert (1977), a participação em irmandades foi um fator de socialização e de ascensão social para os cativos. Na década de 1870 funcionavam em S. Luís cerca de 30 irmandades católicasⁱⁱⁱ. Pelos Regimentos das Irmandades do Maranhão constata-se que cada uma tinha em média 20 cargos administrativos. Dados coletados por Emanuela Ribeiro (2000), permitem estimar em 300 o número dos membros de uma das irmandades. Assim as irmandades católicas constituíram agente social de grande importância aqui como em outros lugares do país, atingindo em São Luís um total de cerca de nove a dez mil membros, numa população em torno de cinquenta mil habitantes em 1870. No Maranhão como em outras Províncias, sempre foi comum a existência de divergências e conflitos entre as lideranças das irmandades e as autoridades religiosas católicas. Estas junto com autoridades civis muitas vezes condenavam festas da religiosidade popular^{iv}.

Em documentação coletada na pesquisa sobre Tambor de Crioula (Ferretti e Outros, 2002) que coordenamos na década de 1970, foram encontradas referências a jornais maranhenses de fins do século XIX e inícios do século XX, apresentando diversas notícias relacionadas a festas populares na cidade. Em meio a notícias sobre festas de santos, localizamos em números do Jornal “O Pacotilha”, algumas sobre festas de bumba-meu-boi em São Luís e sobre a festa do Divino em Alcântara.

Nas três primeiras décadas do século XX aparecem no Jornal O Pacotilha, reclamações e queixas de moradores contra batuques e o barulho de brincadeiras de bumba-meu-boi (como em 07/06/1902; em 13/07/1912, em 23/05/1921) de caixas do Divino (em 23/10/1911; em 06/05/1916), além de várias reclamações e batidas policiais contra práticas de pajelanças e feitiçarias, que foram comentadas por Roldão Lima (In: Ferretti e Outros, 2002: 39-42). Continuam costume antigo encontrado em jornais do século XIX, como no Jornal Eco do Norte, de 06/06/1835, contra negros “que fazem certa brincadeira ao costume de suas nações”; ou no Jornal O Pacotilha, de 20/01/1885, contra “umas pretas e negrinhas à Rua da Alegria, canto da Tapada, onde celebram as mais indecentes usanças dos ritos de corrupção a que elas se entregam sem consideração de ordem alguma pelas pessoas do lugar”. Ainda sobre este tema, O Publicador Maranhense de 14/10/1876, informava sob o título Bruxaria:

A polícia apreendeu hontem nos baixos de um sobrado do Largo do Palácio, 15 indivíduos de cor dos quais um do sexo masculino, que se occupavam na pratica de feitiços e outras credices, com que taes espertalhões abusam da credulidade de quem lhes dá ouvidos.

Mundicarmo Ferretti (2004) apresenta e comenta importante documentação sobre perseguições religiosas contra este grupo e contra a Pajelança de negros ocorridos no Maranhão na década de 1870.

Festividades e costumes populares foram, portanto controlados com rigor desde os tempos coloniais até fins do império e durante a primeira metade do século XX. Os escravos, índios e mestiços eram cerceados em suas atividades por inúmeras prescrições.

Como é mostrado em outro trabalho (Ferretti, 1996), membros da irmandade da Casa das Minas relataram casos de perseguições religiosas que sobrevivem na memória do grupo. Na época da chefia de mãe Hozana, em inícios do séc XX, a chefe mandou o tocador Gregório Vieira, pai de dona Amélia, cobrir os assentamentos dos voduns no quarto dos santos, medida tomada

com receio de perseguições policiais que periodicamente os terreiros estavam sujeitos, como ocorreu em 1912 com os terreiros de Alagoas, (cuja perseguição originou os objetos de culto da chamada Coleção Perseverança, conservada no Instituto Histórico e Geográfico do Estado). Na gestão de mãe Andresa frente à Casa das Minas, na época do Estado Novo, a polícia do Maranhão queria transferir os terreiros do centro da cidade para a periferia, inclusive a Casa das Minas. Entre diversas histórias de perseguições aos terreiros nesta época, várias pessoas contam que os soldados passavam a noite toda escutando e perseguindo o batuque dos terreiros em um bairro e não os conseguiam encontrar, só localizando a casa na manhã seguinte, quando já haviam silenciado o toque dos tambores.

As comemorações populares eram vistas como atraso, como falta de desenvolvimento, de progresso e de civilização e pediam-se providências e o controle da polícia para garantir o sossego das famílias.

Ilustrando o controle policial sobre festas populares em São Luís, Emanuela Ribeiro (1998) localizou no Arquivo Público do Estado do Maranhão, entre documentos da Secretaria de Polícia, grande quantidade de pedidos de licenças para a realização de festas, concentrados, sobretudo no período entre 1885 e 1930, sendo 44 com registro de pedido para festa de mina, 14 com registro de tambor e 70 com registro de festa do Divino. Entre 1876 e 1913 localizou 59 pedidos de licença para bumba-meu-boi. Há pedidos de licença formulados por conhecidas mães-de-santo como mãe Hosana e mãe Andresa que a sucedeu na Casa das Minas, Vó Severa, no Terreiro do Caminho Grande, dona Anastácia, do Terreiro da Turquia, no Sacavém, e muitas outras.

Na década de 1930 os pedidos de licença para a realização de festas populares e religiosas passaram a ser publicados na imprensa, na coluna de casos policiais, como por exemplo, em O Imparcial de 05 de janeiro de 1932, informando que “Noemi Fragoso obteve permissão da polícia para tocar tambor de mina no Cutim Grande durante este mês”; no dia 06 de janeiro de 1932, que (Nhá) “Alice Cruz, residente no Caminho do Sacavém, obteve licença para tocar tambor de mina durante este mês”; “José de Ribamar Gomes obteve licença para tocar tambor de mina no Piranhenga”. Estas autorizações feitas a conhecidas autoridades religiosas populares da época, aparecem junto com outras: “para ensaiar Chegança que percorrerá as ruas nos dias de carnaval”, “para sair pelas ruas com o reis denominado Filhos de Israel”, “o cordão de reis Flor da Cana (Caninha Verde), para visitar diversas casas”. Tais autorizações eram divulgadas junto com outras, para funcionamento do Pálace Clube, para jogo de dominó e dama num botequim e outras, como mostrou Danusa Ribeiro Soares^v. Encontramos em O Pacotilha, de 18/04/1935, licenças dadas pela 1ª Delegacia para a Festa do Divino para Julieta da Paixão, Severa Soeiro, Porfiro Batista, Leopoldina Meireles e Andresa Sousa. Consta das licenças que “só poderão tocar foguetes pela manhã, ao meio dia e à noite, por ocasião das ladainhas”. Verificamos assim que o controle era rigoroso e severo.

Este controle sobre festas populares continuou ao longo do século XX e temos documentação do mesmo pelo menos até fins da década de 1950, embora tenha continuado até muito depois dessa data. Através da pesquisadora Zelinda Lima conseguimos cópias de Portarias da Chefatura da Polícia Civil, publicadas no Diário Oficial do Maranhão, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, controlando a realização de festas de bumba-meu-boi em São Luís.

Por estes documentos constatamos que conforme o D.O. de 07/06/1920, o Delegado Geral da Segurança, tornava público que: *é expressamente proibido tocar bombas no perímetro urbano, fazer brincadeiras de bumba-meu-boi, bem assim como tocar a caixa do Divino Espírito Santo.*

Na época do Estado Novo o Chefe de Polícia do Estado, Dr. Flávio Bezerra, em Portarias publicadas no D.O. de 23/06/1939; 21/06/1940; 19/06/1943; 24/06/1944, entre outras medidas relacionadas com o controle da venda de bebidas alcoólicas e do trânsito, resolve:

Proibir que os boi-bumba percorram o perímetro urbano da cidade, em demonstrações de suas danças características, o que só poderão fazer no perímetro suburbano, a partir da esquina da Avenida Getulio Vargas, com a rua Senador João

Pedro, para o lado do Anil; Proibir os bailes ao ar livre ou sob as árvores do largo do João Paulo.

Possuímos cópias de medidas semelhantes de junho de 1949. Na época havia o pretexto de que o encontro de grupos de bumba-meu-boi costumava acarretar disputas com tiros e mortes. Em São Luís, até fins da década de 1950, no período junino os grupos de bumba-meu-boi eram proibidos de penetrar no perímetro urbano, devendo se concentrar no bairro do João Paulo. A partir da década de 1960 esta situação vai se modificar, mas os terreiros de culto afro em São Luís continuaram solicitando licença à polícia para a realização de festas até 1988 e continuam tirando licença em muitos lugares, até os dias atuais.

O DESPERTAR DO INTERESSE PELA CULTURA POPULAR:

A AÇÃO PIONEIRA DE MÁRIO DE ANDRADE

Algumas grandes figuras carismáticas no campo intelectual, como Mário de Andrade e poucos outros, são fundamentais na elaboração de políticas públicas no campo da cultura popular. Sabemos que Mário de Andrade, como Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, entre outras atividades importantes organizou em 1937/38, uma Missão de Pesquisas Folclóricas ao Norte e Nordeste do Brasil para documentar manifestações de cultura popular em Pernambuco, na Paraíba, em São Luís e Belém, cujos relatórios sobre o Maranhão foram publicados por Oneyda Alvarenga a partir de 1946. A Missão de Pesquisas Folclóricas coletando gravações, filmes, fotografias e instrumentos musicais, refletia preocupação de seu organizador com a unidade cultural entre o Norte e o Sul do país. Esta atividade representou uma nova forma do Estado encarar a cultura numa perspectiva democrática.

O trabalho que a Missão Folclórica realizou tem sido muito comentado. Os participantes, orientados e treinados por Mário de Andrade, foram técnicos de alto nível^{vi} A Missão viajou por quatro meses nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Em consequência das mudanças no país, decorrentes do regime do Estado Novo, instaurado em 1937, permaneceu mais tempo no Nordeste e passou poucos dias no Maranhão e Pará. Esteve rapidamente em São Luís entre 16 e 21 de junho de 1938, e em Belém até 7 de julho (Carlini, 1993), mas nestes poucos dias realizou trabalho fundamental.

Como em outros Estados, no Maranhão a Missão recebeu do Gabinete da Chefatura de Polícia a seguinte autorização:

O senhor Luiz Saia tem permissão para realizar sessão de macumba, tambor de mina, tambor de crioula, onde e quando lhe aprouver, contanto que seja nos subúrbios desta capital. São Luís, 17/06/938. (Documentos originais da M P F - DOA/CCSP).

No trabalho de pesquisa realizado pela equipe da Missão, arquivado na Discoteca Oneyda Alvarenga, do Centro Cultural São Paulo, há gravações, filmes e fotografias em preto e branco e objetos coletados. Em relação ao Maranhão, há 60 fotos, 19 relativas ao tambor de crioula, 3 sobre bumba-meu-boi e as restantes sobre tambor de mina. No filme editado em vídeo pela equipe no Maranhão, constatamos que há toques de tambor de mina, de tambor de crioula e trecho com a dança do carimbó, em que aparece um homem tocando berimbau e uma mulher que dança usando chapéu.

Com a interrupção da Missão em julho de 1938 e com a morte de seu idealizador em 1945, parte do material coletado só a partir de 1946 foi publicado por Oneyda Alvarenga.

A documentação musical da Missão Folclórica foi realizada há mais de setenta anos e nesse período o tambor de mina, o tambor de crioula, o bumba-meu-boi e outras manifestações

documentadas, certamente passaram por diversas modificações. O tambor de mina e o bumba-meu-boi do Maranhão despertaram maior interesse por parte dos estudiosos, quanto ao tambor de crioula, exceto por pequenas notícias, só quarenta anos após o trabalho da Missão é que esta manifestação voltou a ser estudada e documentada (Ferretti e Outros, 2002).

A sociedade continuou demonstrando preconceitos contra manifestações culturais dos negros e das classes marginalizadas que não eram consideradas formas de cultura, sendo no máximo aceitas como elementos do folclore para se mostrar ao turista. Nos últimos 20 a 30 anos, estas manifestações deixaram de ser perseguidas ou controladas pela polícia, passando a ser vistas como atrações turísticas. Não teve porém continuidade a política cultural do Estado de documentação de atividades da cultura popular, precursoramente empreendida pelo gênio de Mário de Andrade e só recentemente volta a haver alguma preocupação com este tipo de documentação.

O trabalho de documentação realizado pela Missão foi importante por refletir pioneiramente sobre manifestações culturais que continuam vivas até hoje. Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade, fenômenos culturais como o tambor de crioula, o tambor de mina e o bumba-meu-boi continuam mostrando a presença e o peso da cultura negra e afirmando que as estruturas sociais e culturais não mudam tão rapidamente. No Maranhão foram documentadas danças e manifestações culturais participadas predominantemente por negros, típicas do Maranhão, hoje consideradas como forma de afirmação cultural de negros da classe subalterna.

Mário de Andrade que, entre outros expoentes da cultura brasileira, desempenhou papel tão importante na consolidação dos estudos sobre patrimônio cultural, tinha visão muito ampla a respeito do nosso patrimônio cultural, que para ele não se restringia aos bens arquitetônicos, como depois prevaleceu por muitos anos. O trabalho de descoberta do Brasil através da cultura popular, realizado por Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas, abriu caminhos férteis para as políticas públicas no campo da cultura, que continuam válidos ainda hoje mas que infelizmente não foram muito trilhados.

O registro de manifestações da cultura popular com os recursos avançados numa época em que estas manifestações eram controladas e mesmo proibidas pela polícia, foi importante para torná-la conhecida nos meios científicos e respeitada como contribuição cultural de uma das vertentes formadoras da nossa nacionalidade.

No Maranhão tivemos a atuação de alguns homens públicos e intelectuais que foram pioneiros nos estudos e na atuação sobre o folclore como em fins do séc. XIX, Celso de Magalhães e, entre as décadas de 1940 e 1980, Antônio Lopes e Domingos Vieira Filho, todos infelizmente falecidos prematuramente quando poderiam ter continuado trabalhando e produzindo.

O DEVER DE PROTEÇÃO DA CULTURA POPULAR NA ATUALIDADE

Sabemos que no passado a igreja e o Estado organizavam festas suntuosas que sacralizavam a realeza e o poder.

O rei e a religião, numa aliança colonizadora, estendiam o seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que apenas por ocasião de festividades coloria-se com exuberância (PRIORI, 1994, p. 15).

Atualmente as autoridades procuram estimular festas populares na perspectiva de valorização da indústria do turismo. Hoje líderes políticos têm interesses eleitorais em apoiar festas populares, pois este apoio implica na expectativa de votos.

Tendo em vista o recente crescimento do fluxo turístico, incentivado por autoridades governamentais e pela propaganda da mídia, festas religiosas e populares atualmente estão sendo apoiadas pelas autoridades por um lado e por outro lado correm o risco de se descaracterizarem

e de perderem a autonomia, caindo no clientelismo político. Enfrentam também o risco da não continuidade, quando antigos festeiros e líderes religiosos, vêem seus familiares serem atraídos pela invasão de religiões eletrônicas alienígenas, em geral avessas às tradições da cultura local.

Enfrentando perseguições, preconceitos no passado, como ainda hoje, e correndo no presente, riscos da concorrência com outras formas religiosas e de manipulações por interesses alheios, as festas religiosas populares constituem, entretanto, uma constante na história local e um dos componentes da identidade maranhense que persiste ainda hoje com grande vigor.

A partir das décadas de 1970 e 80, com o crescimento do interesse turístico pelo Nordeste e pelo Maranhão, diversos grupos de cultura popular passaram a ser organizados com dimensões de pequenos empreendimentos de lazer. Na década de 1970 Regina Prado (2007) constata que no interior do Estado os grupos de bumba-meu-boi se organizavam como empresa teatral itinerante. Em material da pesquisa sobre tambor de crioula, encontramos, em anúncios de jornais de inícios do século, convites para apresentações pagas de bumba-meu-boi feitas em circos, com a cobrança de ingressos, mostrando que essa dimensão empresarial já é antiga nas manifestações da cultura popular maranhense. Atualmente é comum que grupos de tambor de crioula, tenham os mesmos dirigentes de um grupo de bumba-meu-boi ou de uma escola de samba e solicitem o apoio de políticos influentes ou de entidades governamentais. Muitos grupos hoje têm sede própria construída com apoio governamental. Entidades como o SEBRAE, tentam intensificar a dimensão empresarial em setores do artesanato e da cultura popular, mas as iniciativas neste setor são ainda reduzidas.

A partir da década de 1990 tornou-se freqüente a organização de oficinas para ensinar a tocar instrumentos e a executar passos de danças e de outras manifestações da cultura popular como o tambor de crioula, o toque de caixas do Divino e outras. Muitos estudantes de fora que passam por São Luís, tem interesse em conhecer e aprender o tambor de crioula e outras manifestações da cultura popular. É comum vermos hoje pessoas brancas da classe média, principalmente de meios mais intelectualizados, tocando, cantando e dançando tambor de crioula e outras danças, o que não ocorria no passado. Estudantes de várias disciplinas passaram a se interessar pelas manifestações da cultura popular para redigirem monografias, dissertações e teses em cursos de graduação e pós-graduação. Estudantes de outros Estados e do exterior se interessam por manifestações da cultura popular maranhense de que têm notícias e que ultrapassam as nossas fronteiras.

No século XXI constata-se a preocupação e o dever do Estado em proteger, registrar e documentar diversas manifestações da cultura popular, como componentes do patrimônio imaterial de nossa cultura. Parece-nos que além de promover ou apoiar é importante que o Estado se preocupe em documentar e pesquisar, o que é mais difícil e tem sido menos realizado pelos órgãos públicos. Desde a década de 1970, as Nações Unidas têm se empenhado na proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 defende a garantia do apoio, incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais, incluindo bens de natureza material e imaterial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, a partir de 2000 recebeu a missão de registrar os bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

O Instituto IPHAN tem realizado inúmeras atuações importantes no Maranhão. Em 2002 a Casa das Minas foi tombada pelo IPHAN. Em 2007 o IPHAN está procedendo ao registro do Tambor de Crioula como patrimônio de cultura imaterial e realizando pesquisas e coletando documentação em vistas ao registro do bumba-meu-boi.

A cidade de São Luís em 1997 foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade e tal fato contribui para um maior interesse pela cultura popular com a perspectiva de manutenção de nossa identidade cultural.

Constatamos que existe uma circularidade entre a cultura popular e erudita, no sentido de circulação de idéias, valores e ideologias, mas a cultura erudita continua até hoje mais valorizada do que a cultura popular que é questionada inclusive por muitos estudiosos. No

passado, a cultura erudita foi mais valorizada e a cultura popular foi muito perseguida até meados do séc. XX; sendo reduzido o interesse por este tipo de cultura. A partir de meados do Séc XX e atualmente, passou a haver maior preocupação em conhecer e proteger a cultura popular, mas as iniciativas são ainda reduzidas. Parece-nos que o Estado tem, sobretudo o dever de estimular sua pesquisa, documentação e preservação como forma de manutenção da identidade social.

Notas:

ⁱ Apresentado na Mesa Redonda Políticas Públicas de Cultura e o Papel do Estado, no II Foro de Ciências Sociais e Humanas. São Luís: UFMA, 14/06/2007. Publicado em Ciências Humanas em Revista. São Luís: CCH/UFMA, V. 5, N 2, 2007, P39-54.

ⁱⁱ Dr. em Antropologia, Professor Associado I da UFMA.

ⁱⁱⁱ Informações coletadas no Arquivo da Arquidiocese de São Luís em 1998, pelas bolsistas Emanuela Ribeiro e Jacira Pavão.

^{iv} Ver exemplos relativos ao Maranhão, em Condurú Pacheco, 1969.

^v Em relatório ao PIBIC e em monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais na UFMA.

^{vi} Um engenheiro-arquiteto e pesquisador (Luís Saia), um maestro e etnomusicólogo (Martin Braunwieser), um técnico em gravação (Benedito Pacheco) e um assistente técnico (Antônio Ladeira)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVARENGA, Oneyda. **Tambor-de-Mina e Tambor-de-Crioulo**. Registros Sonoros do Folclore Musical Brasileiro. São Paulo, Departamento de Cultura/ Discoteca Pública Municipal, 1948.

BAKHTIN, Mikail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo, HUCITEC, 1987.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Europa 1500-1800. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo. EDUSP, 1997 (Orig. 1989).

CARLINI, Álvaro. **Cachimbo e Maracá**. O catimbó da Missão. São Paulo, Discoteca Oneyda Alvarenga/ Centro Cultural São Paulo, 1993.

FERRETTI, Mundicarmo M. R. **Pajelança do Maranhão no século XIX**. São Luís: CMF/FAPEMA, 2004.

FERRETTI, Sergio F. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. **Querebentã de Zomadonu**. Etnografia da Casa das Minas. São Luís: 2ª Ed. Rev. EDUFMA, 1996, (Original, 1985).

FERRETTI, Sergio. e Outros. **Tambor de Crioula Ritual e Espetáculo**. São Luís, CMF, 2002. (Original, 1978).

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

ISAMBERT, François-André. **Le Sens du Sacré**. Fête et religion populaire. Paris, Ed. Minit, 1982.

KIPPENBERG, H. G. In Praise of Syncretism: The Beginnings of Christianity Conceived in the Light of a Diagnosis of Modern Culture. In: LEOPOLD, A. M. and JENSEN, J. S. **Syncretism in Religion. A Reader**. New York: Routledge, 2005, p.39-47.

LOPES, Ana E. B. Ferreira e SANTOS, Aline N. dos. **Cidadania Cultural**. Vol I - Legislação. São Luís: Estação Produção, 2003.

MATA, Sergio da e MATA, Giulle Vieira da. Os Irmãos Grimm entre Romantismo, Historicismo e Folclorística. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol 3. A. III, N. 2 Abr. Jun. 2006. www.revistafenix.pro.br (acesso em 24/03/2008)

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo Vida e Obra (1857-1913)**. Rio de Janeiro, Minc/ Pró-Leitura/ INL, 1988.

ORTIZ, Renato. **A Consciência Fragmentada**. Ensaios de Cultura Popular e Religião. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

_____. **Românticos e Folcloristas**. Cultura Popular. São Paulo, Ed. Olho D'Água, 1992.

PACHECO, Dom Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís, SENEC/DAC, 1969.

PRADO, Regina Paula dos Santos. **Todo Ano Tem**. As Festas na Estrutura Social Camponesa. São Luís: PPGCS/GERUR/EDUFMA, 2007, 200 p. (Original 1977).

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba Maranhense. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1891, T. LIV, Parte I, p. 4-282 (Original, 1818).

PRIORI, Mari del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Requerimentos de Licenças para Festas na Secretaria de Polícia de São Luís (1873-1933)**. São Luís: UFMA/PPPG, Relatório Semestral de Bolsa de Iniciação Científica, 1998.

_____. **O poder dos leigos**. Irmandades religiosas em São Luís no século XIX. São Luís: Monografia de conclusão do curso de História na UFMA. 2000. Mimeo.

SATRIANI, Luigi Lombardi. **Antropologia Cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo, Hucitec, 1986.

Abstract:

CULTURE DIMENSIONS: POPULAR, ERUDITE

Discussion of the relations among popular culture, folklore and erudite culture; detaching the great prestige of the erudite culture on the past and the persecutions against religions and popular feasts. Analyze to arouse interest for popular culture and the Mario de Andrade pioneer action, making references about the protection duty of popular culture nowadays.

Word-Keys: Popular Culture - Folklore - Erudite Culture - Mario de Andrade - Persecutions and Protection.

Resumen

DIMENSIONES DE LA CULTURA: POPULAR, ERUDITA

Debate las relaciones entre cultura popular, folclore y cultura erudita, destacando el mayor prestigio que tuvo la cultura erudita en el pasado, y las persecuciones contra religiones y fiestas populares. Analiza el despertar del interés por la cultura popular, la acción pionera de Mário de Andrade, y enfoca el deber de proteger la cultura popular en la actualidad.

Palabras Claves

Cultura popular - Folclore - Cultura erudita - Mário de Andrade - Persecuciones y Protección

Remete: Sergio F. Ferretti

e.mail: ferretti@elo.com.br